



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2024



Icatu Capitalização S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2024

Índice

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	07
Balancos patrimoniais.....	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	17
Conselho de administração	53

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Icatu Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Companhia é controlada integralmente pela Icatu Seguros S.A. Nessas Demonstrações, a Icatu Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A., suas controladas e coligadas.

2. Desastre natural de alagamento em municípios do Estado do Rio Grande do Sul

A tragédia que abateu o Estado do Rio Grande do Sul trouxe danos consideráveis à economia, como a redução no turismo e na atividade industrial. O Grupo Icatu segue gerenciando e buscando mitigadores desses impactos em suas finanças e na sociedade em que está inserida.

Diante deste cenário, o Grupo Icatu deliberou sobre diversas ações com propósito de prevenir e mitigar os riscos relacionados ao bem-estar dos nossos funcionários e familiares, clientes, corretores, parceiros e acionistas, assim como na preservação de níveis de adequados de liquidez e solvência e na garantia da sustentabilidade da nossa operação.

Dentre as ações, podemos citar as principais flexibilizações adotadas:

Capitalização	<ul style="list-style-type: none">• Priorização dos processos de resgate das regiões afetadas;• Flexibilização de regras para resgate;• Flexibilização de documentação para resgate por morte.
Atendimento	<ul style="list-style-type: none">• Criação de canal de atendimento emergencial (priorização usando a opção 0 da URA de atendimento do CRC).

2.1. Medidas de Natureza Prudencial e de Manutenção da Solvência

No que tange à eventual exposição a risco, não temos em nossa carteira de Capitalização produtos que possuem cobertura atrelada aos eventos ocorridos. No entanto, vale ressaltar que os impactos causados pelos alagamentos prejudicaram as redes de distribuição e a infraestrutura, influenciando a economia local.

É importante salientar que, preventivamente, a Companhia procedeu com algumas simulações de cenários, cujos indicadores não apontaram impacto no índice de solvência (Patrimônio Líquido Ajustado - PLA em excesso ao Capital Mínimo Requerido - CMR).

Em junho de 2024, último mês de apuração dos indicadores, observou-se um excesso de solvência de R\$ 163.925 (R\$ 77.595 em 31 de dezembro de 2023), o que representa um índice de solvência de PLA/CMR de 373% (176% em 31 de dezembro de 2023). Ou seja, considerando o apetite a risco da Companhia, resta evidenciado, portanto, que o evento não representa preocupação no que diz respeito à manutenção da solvência da Companhia.

Destaca-se ainda, que em junho 2024, a Companhia possuía como ativos garantidores mensurados a valor justo, o valor aproximado de R\$ 2.843.472 (R\$ 2.807.904 em 31 de dezembro de 2023), ao passo que a necessidade de cobertura de provisões representava a quantia de aproximadamente R\$ 2.629.119 (R\$ 2.592.624 em 31 de dezembro de 2023), indicando, assim, um excesso de R\$ 214.353 (R\$ 215.280 em 31 de dezembro de 2023). Além disso, cabe mencionar que 82% (oitenta e dois por cento) dos ativos garantidores são compostos por títulos soberanos com alta liquidez (NTN-Bs e LFTs) e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos de 1 (um) dia.

2.3. Ações de solidariedade do Grupo Icatu

O Grupo Icatu, além de ações voltadas para colaboradores, clientes, corretores e parceiros da região, doou recursos expressivos, alocou esforços e mobilizou parceiros. Sensibilizou suas redes de relacionamento para realizar doações e transferiu um de nossos principais eventos anuais, que reúne os maiores líderes do mercado brasileiro e que seria em Londres, para Gramado. Com isso, trouxe para o Rio Grande do Sul os recursos necessários para a realização do evento, visando fortalecer a economia local e auxiliar a retomada da normalidade. Este é o compromisso de nosso grupo empresarial 100% brasileiro, que busca praticar a empatia com seus colaboradores, clientes, corretores e parceiros.

3. Desempenho das operações de capitalização

3.1 Operação e patrimônio

Durante o primeiro semestre de 2024, a receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 952.366 (R\$ 932.811 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 2,10%. O resultado com as operações de capitalização foi de R\$ 116.847 (R\$ 59.134 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 97,60%. O resultado com sorteios foi de R\$ 42.243 (R\$ 41.213 no mesmo período do ano anterior), 4,44% da receita com títulos de capitalização (4,42% no mesmo período do ano anterior), e os custos de aquisição foram de R\$ 67.034 (R\$ 75.374 no mesmo período do ano anterior), representando 7,04% da receita com títulos de capitalização (8,08% no mesmo período do ano anterior).

Em 30 de junho de 2024, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 3.118.243 (R\$ 3.050.863 em 31 de dezembro de 2023), representando um aumento de 2,21%. O patrimônio líquido, em 30 de

junho de 2024, atingiu o montante de R\$ 333.037 (R\$ 286.263 em 31 de dezembro de 2023), representando um aumento de 16,34%.

4. Despesas administrativas

No primeiro semestre de 2024, as despesas administrativas ocorridas foram de R\$ 95.153 (R\$ 100.417 no mesmo período de 2023), representando 5,24 % de redução no semestre. Em relação a receita com títulos de capitalização, no primeiro semestre de 2024, as despesas administrativas representavam 9,99% delas e no mesmo período do ano anterior, 10,76%. A redução das despesas administrativas segue um esforço da Companhia para melhor eficiência. A Companhia colocou em produção um novo sistema financeiro integrado em janeiro de 2023, e seguiu investindo em projetos, como a implementação do IFRS 17 – *Insurance Contracts*, o *Open Insurance*, entre outros.

5. Resultado financeiro e solvência

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, no ano de 2024 foram de R\$ 82.369 (R\$ 60.779 no mesmo período do ano anterior) representando um expressivo aumento de 35,52%, sendo 8,65% da receita de títulos de capitalização no primeiro semestre de 2024 (6,52% no mesmo período do ano anterior).

O aumento do resultado financeiro, está relacionado principalmente ao maior volume de aplicações financeiras no semestre e ao menor valor do índice da Taxa Referencial (TR), que impacta o valor das despesas financeiras das provisões técnicas.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 214.353, no primeiro semestre de 2024, e apresenta 373% de suficiência de capital.

6. ASG – Ambiental, social e governança

A Circular SUSEP nº 666 entrou em vigor em 01 de agosto de 2022 e seus prazos de adequação vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia começou com o diagnóstico, estudo de materialidade e o mapeamento inicial dos riscos de sustentabilidade.

Em linha com as exigências regulatórias, a Companhia divulgou sua política de sustentabilidade com base nos temas materiais – governança, ética e conduta profissional, pessoas, inovação, responsabilidade social, meio ambiente e riscos climáticos – em fevereiro de 2023. Ao longo do ano, o processo de inserção dos riscos de sustentabilidade no sistema de controles internos (SCI) e na estrutura de gestão de riscos (EGR) avançou, com conclusão prevista em 28 de fevereiro de 2024. A primeira divulgação do relatório de sustentabilidade está prevista para o ano de 2025.

No primeiro semestre de 2024, a Companhia retornou à sociedade, R\$ 788.504 em resgates (R\$ 765.551 no mesmo período do ano anterior), R\$ 42.243 em sorteios (R\$ 41.213 no mesmo período do ano anterior), R\$ 60.876 (R\$ 66.076 no mesmo período do ano anterior) em verbas salariais aos colaboradores, R\$ 8.528 (R\$ 12.128 no mesmo período do ano anterior) pagos à serviços terceirizados, além de R\$ 10.657 (R\$ 8.401 no mesmo período do ano anterior) em tributos indiretos, R\$ 32.142 (R\$ 4.540) no mesmo período do ano anterior) em tributos diretos.

Icatu Capitalização S.A.

O trabalho da Companhia, com vistas para o capital humano, proporcionou ao Grupo Icatu figurar pela décima vez consecutiva no *Ranking Great Place to Work (GPTW) 2024*, como uma das melhores empresas para trabalhar, com sede no Rio de Janeiro.

O Grupo Icatu foi eleito também pela quinta vez consecutiva como a melhor empresa em satisfação do cliente no segmento de seguros de vida, previdência e capitalização, de acordo com o Ranking 2023 do Instituto MESC, especialistas em gestão da satisfação do cliente.

Adicionalmente, foi eleito um dos 3 (três) mais inovadores no segmento de seguros e planos de saúde do Brasil, pelo *ranking Valor Inovação Brasil 2023*.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração ao desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2024, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.912 (R\$ 2.283 no ano de 2023), referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguarção, requeridos pelo órgão regulador.

8. Agradecimentos

A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2024.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Capitalização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja as Notas 3.12 e 16 das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.12 e 16 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização sendo as principais: Provisão para Resgates (“PR”) e Provisão para Sorteios a Realizar (“PSR”).</p> <p>A PR é mensurada com base em metodologia que considera a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária.</p> <p>A PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados. Portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros.</p> <p>Devido à relevância quantitativa das referidas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras intermediárias, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR e da PSR.- conciliação das bases de dados operacionais suporte da PR e PSR com os respectivos saldos contábeis.- recálculo, com base em amostragem, da PR de acordo com as condições contratuais.- teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos.- com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados, a atualização monetária e as taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados operacionais. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram as informações relevantes.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Icatu Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais

30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Em milhares de reais)

		30/06/2024	31/12/2023
ATIVO			
CIRCULANTE			
Disponível			
		13.410	12.874
Caixa e bancos		13.410	12.874
Equivalente de caixa	Nota 5	2.295	37.039
Aplicações	Nota 5	2.592.280	2.502.562
Créditos das operações de capitalização		26	22
Outros créditos operacionais	Nota 6	13.844	18.061
Títulos e créditos a receber		35.884	26.936
Títulos e créditos a receber	Nota 7	4.435	-
Créditos tributários e previdenciários	Nota 8.1	26.840	25.683
Outros créditos		4.609	1.253
Despesas antecipadas		93	114
Custos de aquisição diferidos	Nota 9	18.274	23.342
Capitalização		18.274	23.342
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Aplicações	Nota 5	303.086	298.697
Títulos e créditos a receber		86.515	80.722
Créditos tributários e previdenciários	Nota 8.2	25.387	21.520
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 18.3	61.128	59.202
Outros valores e bens	Nota 10	3.041	3.302
Despesas antecipadas		24	-
Imobilizado			
Bens móveis		6	7
Outras imobilizações		42	56
Intangível	Nota 11	49.423	47.129
Ágio na transferência de carteira		5.679	6.180
Outros intangíveis		43.744	40.949
TOTAL DO ATIVO		3.118.243	3.050.863

Balancos patrimoniais

30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Em milhares de reais)

		30/06/2024	31/12/2023
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		2.725.817	2.703.169
Contas a pagar		63.863	76.027
Obrigações a pagar	Nota 12	28.135	48.560
Impostos e encargos sociais a recolher		6.854	5.391
Encargos trabalhistas	Nota 13	22.071	15.731
Impostos e contribuições		6.027	5.190
Outras contas a pagar		776	1.155
Débitos de operações com capitalização	Nota 14	22.907	29.300
Depósitos de terceiros	Nota 15	8.893	4.276
Provisões técnicas - capitalização	Nota 16	2.629.119	2.592.624
Provisão para resgates		2.500.096	2.403.459
Provisão para sorteio		121.231	162.981
Provisão administrativa		-	7.060
Provisão para bônus		-	19.124
Provisão de receitas diferidas		7.792	-
Outros débitos	Nota 10	1.035	942
Débitos diversos		1.035	942
NÃO CIRCULANTE			
		59.389	61.431
Contas a pagar		54.408	55.272
Obrigações a pagar	Nota 12	6.637	8.927
Outras contas a pagar	Nota 18.2	47.771	46.345
Outros débitos		2.974	3.751
Provisões judiciais	Nota 18.1	2.974	3.751
Débitos diversos	Nota 10	2.007	2.408
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota 19	333.037	286.263
Capital social		211.484	211.484
Reservas de lucros		65.248	74.736
Ajustes de avaliação patrimonial		45	43
Lucros acumulados		56.260	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.118.243	3.050.863

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2024	30/06/2023
Receita com títulos de capitalização*		952.366	932.811
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio*	Nota 23.1	824.705	808.035
Contribuição - quotas de carregamento*	Nota 23.1	127.097	124.528
Varição da provisão para receita diferida*	Nota 23.1	564	248
Varição da provisão para resgate*	Nota 23.2	(788.504)	(765.551)
Resultado com sorteio	Nota 23.3	(42.243)	(41.213)
Custo de aquisição	Nota 23.4	(67.034)	(75.374)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 23.5	62.262	8.461
Outras receitas operacionais		73.354	20.684
Outras despesas operacionais		(11.092)	(12.223)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		116.847	59.134
Despesas administrativas		(95.153)	(100.417)
Pessoal próprio		(60.876)	(66.076)
Serviços de terceiros		(8.528)	(12.128)
Localização e funcionamento		(21.834)	(18.343)
Publicidade e propaganda		(3.444)	(3.523)
Publicações		(79)	(3)
Donativos e contribuições		(303)	(111)
Despesas administrativas diversas		(89)	(233)
Despesas com tributos	Nota 23.6	(6.856)	(11.254)
Resultado financeiro	Nota 23.7	82.369	60.779
Receitas financeiras		155.475	155.779
Despesas financeiras		(73.106)	(95.000)
RESULTADO OPERACIONAL		97.207	8.242
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		60	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		97.267	8.242
Imposto de renda	Nota 24	(18.685)	4.579
Contribuição social	Nota 24	(13.457)	(39)
Participações sobre o lucro	Nota 24	(7.569)	(8.175)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		57.556	4.607
Quantidade de ações		800.894.586	800.894.586
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		0,07	0,06

*Em virtude da entrada em vigor da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022 em janeiro de 2024, realocamos os saldos de 2023 para adequação da divulgação de acordo com as novas aberturas requeridas, seguindo as orientações da SUSEP. Maiores detalhes podem ser vistos na nota 3.15.1.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	30/06/2024	30/06/2023
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	57.556	4.607
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	(2)	1.015
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA	(3)	1.690
Efeito dos tributos – IRPJ e CSLL	1	(675)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	57.554	5.622

Icatu Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial para dividendos			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	201.484	1.997	28.463	9.488	(1.832)	-	239.600
Aumento de capital aprovado em AGE em 31/01/2023 - Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 1369	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	1.015	-	1.015
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	4.607	4.607
Saldos em 30 de junho de 2023	211.484	1.997	28.463	9.488	(817)	4.607	255.222
Saldos em 1º de janeiro de 2024	211.484	4.278	60.970	9.488	43	-	286.263
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	2	-	2
Ajuste referente a mudança de prática contábil – nota 3.15.1 ii)	-	-	-	-	-	(1.296)	(1.296)
Distribuição de dividendos intermediários (AGO 28/03/2024)	-	-	-	(9.488)	-	-	(9.488)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	57.556	57.556
Saldos em 30 de junho de 2024	211.484	4.278	60.970	-	45	56.260	333.037

Icatu Capitalização S.A.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	57.556	4.607
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	2.385	2.059
Perda na alienação de imobilizado e intangível	(60)	-
Variação das provisões técnicas	828.118	870.022
Despesas de juros	19	45
Variação de impostos sobre o lucro	17.486	2.361
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(94.105)	(155.120)
Créditos das operações de capitalização	(4)	7.274
Créditos tributários e previdenciários	(1.157)	(2.898)
Ativo fiscal diferido	(3.868)	(1.755)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.926)	(2.275)
Despesas antecipadas	0	0
Custos de aquisição diferidos	5.068	8.059
Outros ativos	(3.772)	(20.472)
Outros valores e bens - direito de uso	0	0
Outras contas a pagar	(4.188)	186
Débitos de operações de capitalização	(6.393)	5.461
Depósitos de terceiros	4.617	3.348
Provisões técnicas de capitalização	(791.623)	(718.016)
Outros débitos - provisões judiciais	(777)	(466)
Débitos diversos	213	619
Caixa líquido gerado pelas operações	7.589	3.039
Juros pagos	(156)	(8)
Impostos sobre o lucro pagos	(16.649)	(3.663)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(9.216)	(632)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:	(4.148)	(4.853)
Imobilizado e intangível	(4.148)	(4.853)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(4.148)	(4.853)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	-	10.000
Pagamento de dividendos	(20.323)	-
Pagamento de passivo por arrendamento	(521)	(501)
Caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades de financiamento	(20.844)	9.499
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(34.208)	4.014
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	49.913	10.694
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	15.705	14.708

1. Contexto operacional

A **Icatu Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2.000, 18º aos 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) são individuais e a Icatu Capitalização S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Icatu” ou “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. é controlada em última instância pelo Grupo Icatu.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2024.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa (notas 3.3 e 4.1.1.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado (VJR) (3.4.1.3 e 5.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2 e 5.2).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.12 e 16).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas Demonstrações. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas Demonstrações. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota.

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

- I. O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II. O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a "Valor Justo por meio do Resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2024, o caixa e equivalentes de caixa eram de R\$ 15.705 (R\$ 49.913 em 31 de dezembro de 2023). São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.1.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Redução ao valor recuperável

3.6.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 30 de junho de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.6.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

A Companhia avalia semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de analisar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 30 de junho de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.7. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica “Ativo de direito de uso”, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao “Passivo de arrendamento”, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de

pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para as seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para o Grupo Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de *softwares* de uso interno e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias, são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas administrativas”, no resultado.

Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica “Resultado patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

3.9. Benefícios a Empregados

Através do plano de contribuição variável a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de curto prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano e (ii) incentivo de longo prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. O programa de longo prazo prevê a remuneração diferida em cinco anos e duração máxima de sete anos. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração (i) indexadores de negócios *scorecard* da Companhia e (ii) variação do patrimônio líquido.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vales-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.10. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.10.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.11. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.12. Provisões técnicas

3.12.1. Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.12.2. Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.12.3. Provisão para Resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.12.4. Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.12.5. Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.12.6. Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

A provisão corresponde a diferença entre o valor presente esperado das parcelas referentes aos carregamentos dos pagamentos futuros dos títulos e o valor presente esperado das despesas administrativas

futuras, sendo constituída quando o resultado da diferença for negativo. A PDA foi descontinuada por conta das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022, em vigor a partir de 02 de janeiro de 2024.

3.12.7. Provisão de Receitas Diferidas (PRD)

A provisão foi definida a partir das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022, em vigor a partir de 02 de janeiro de 2024, e representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização.

3.12.8. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos.

3.13. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.14. Estimativas

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como:

Valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, cálculo das provisões técnicas de capitalização, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.15. Adoção de novas normas e interpretações

3.15.1. Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022

Em 10 de outubro de 2022, a SUSEP publicou a Circular nº 678, que alterou a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revogou o dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012. A Circular entrou em vigor em janeiro de 2024.

A Resolução CNSP nº 448, que alterou a Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021. A Resolução entrou em vigor para o artigo 2º em 2 de janeiro de 2023 e demais artigos em janeiro de 2024.

Dentre as principais alterações trazidas nas normas temos:

i. Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, sendo aplicável a todos os ativos e passivos financeiros, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares:

• Classificação e mensuração de ativos financeiros

Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e conseqüentemente sua mensuração e reflexo no resultado do exercício, dependia exclusivamente da intenção da Companhia, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Além disso, as nomenclaturas das classificações aplicáveis foram alteradas para: mensurados subsequentemente a custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Em relação aos instrumentos financeiros, a Companhia avaliou as classificações dos mesmos e não identificou mudanças significativas, visto que a principal mudança ocorrida está relacionada a classificação dos instrumentos financeiros conforme modelo de negócio.

• Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia avaliou a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não identificou mudanças na posição patrimonial mediante aos estudos e práticas metodológicas que foram desenvolvidas e aprovadas internamente.

ii. Escrituração contábil das principais operações de capitalização**• Substituição da Provisão de Despesas Administrativas (PDA) pela Provisão de Receita Diferida - PRD**

A Resolução CNSP nº 448, substituiu a Provisão de Despesas Administrativas (PDA) pela Provisão de Receita Diferida (PRD), a qual passará a representar as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita no estudo técnico. O saldo no valor de R\$ 1.296 constante na Provisão de Despesa Administrativa (PDA), na data-base 31 de dezembro de 2023, foi revertido em contrapartida à conta de Lucros acumulados no Patrimônio líquido.

• Segregação de quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento

A Circular SUSEP nº 648/22 passou a segregar a receita das quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento.

Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

I - o recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e

II - o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

Ao término da vigência do título de capitalização, não há diferença no resultado da operação entre os modelos. O que diferencia é a distribuição do resultado no decorrer da vigência do título de capitalização, para os casos em que ocorrer diferimento de receita de carregamento.

Pelo novo modelo, o carregamento é reconhecido conforme a ocorrência da contraprestação aos titulares dos direitos de resgates e sorteios.

As alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022 e a Resolução CNSP nº 448/2022 implicaram em mudanças no modelo contábil das operações de capitalização. Isso demandou a implementação de um novo plano de contas, além da necessidade de parametrização dos sistemas operacionais para conformidade com os requisitos da norma.

3.16. Nova norma ainda não adotada

O normativo a seguir será adotado em períodos posteriores à data destas Demonstrações:

3.16.1 Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabelece as bases para a reforma tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS — em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de leis complementares que serão avaliadas e adotadas pela Companhia quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a Companhia consegue obter diversos benefícios, como: sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da empresa.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas posteriores alterações, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo Conselho de Administração.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos,

o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linha, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linha.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos, que define quanto e quais as perdas que o Grupo Icatu está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as companhias do Grupo Icatu, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), *duration* do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 30 de junho 2024, R\$ 2.238.912, correspondentes a 77% (R\$ 1.661.683, correspondentes a 59% em 31 de dezembro de 2023) estão alocados em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado.

O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$124.510 (R\$ 161.881 em 31 de dezembro de 2023).

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de rating: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

Rating	30/06/2024			31/12/2023		
	CDB	RDB	Total	CDB	RDB	Total
AAA	12.061	-	12.061	12.015	-	12.015
AA+	40.347	-	40.347	9.818	51.612	61.430
AA	-	122.308	122.308	-	-	-
AA-	2.010	-	2.010	2.004	-	2.004
A+	-	-	-	30.458	-	30.458
A-	-	-	-	9.557	-	9.557
BBB+	9.590	-	9.590	-	-	-
Total	64.008	122.308	186.316	63.852	51.612	115.464

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 347.923 em 30 de junho de 2024 (R\$ 899.269 em 31 de dezembro de 2023). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitas as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado que está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a Companhia espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela Companhia, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

- (I) O *VaR* paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (*EWMA*), com fator de decaimento de 0,95.
- (II) *DV01 (dólar-value for one basis-point)*: medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de *VaR* e *DV01*, para a Companhia:

Fatores de Risco	30/06/2024				31/12/2023			
	<i>DIV-01</i>	<i>EWMA</i>	<i>VaR</i>	Exposição	<i>DIV-01</i>	<i>EWMA</i>	<i>VaR</i>	Exposição
Pré-fixado – DI	(19)	1	1.973	205.871	(21)	1	2.182	86.628
Taxa Referencial	-	1	-	-	-	1	-	-
IPCA	(205)	1	8.128	242.595	(326)	1	14.351	686.340
Ações	-	1	203	2.213	-	1	73	702

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as companhias não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a Companhia possui liquidez suficiente para arcar com os seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia:

Ativos e passivos	30/06/2024			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	13.410	-	-	13.410
Equivalente de caixa	2.295	-	-	2.295
Aplicações	959.002	463.857	1.472.507	2.895.366
Créditos das operações de capitalização	26	-	-	26
Títulos e créditos a receber	4.435	86.515	-	90.950
Total de ativos	979.168	550.372	1.472.507	3.002.047
Contas a pagar	63.863	54.408	-	118.271
Provisões técnicas – Capitalização	1.554.920	530.254	543.945	2.629.119
Débitos de operações com capitalização	22.907	-	-	22.907
Depósitos de terceiros	8.893	-	-	8.893
Total de passivos	1.650.583	584.662	543.945	2.779.190

Ativos e passivos	31/12/2023			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	12.874	-	-	12.874
Equivalente de caixa	37.039	-	-	37.039
Aplicações	1.427.193	390.160	983.906	2.801.259
Créditos das operações de capitalização	22	-	-	22
Títulos e créditos a receber	26.936	80.722	-	107.658
Total de ativos	1.504.064	470.882	983.906	2.958.852
Contas a Pagar	76.027	55.272	-	131.299
Provisões técnicas – Capitalização	1.517.356	535.929	539.339	2.592.624
Débitos de operações com capitalização	29.300	-	-	29.300
Depósitos de terceiros	893	3.383	-	4.276
Total de passivos	1.623.576	594.584	539.339	2.757.499

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo Icatu, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados e fornecer subsídios para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *Compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *Compliance* responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco do Grupo Icatu no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- **Risco de sorteio:** Implica na possibilidade de concentração de risco indevido na comercialização de série aberta que, em caso de premiação, pode impactar a saúde financeira da Companhia.
- **Risco de persistência:** Implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título e;

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Risco da garantia de rentabilidade:** Implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- **Risco das despesas administrativas:** Implica no risco das receitas decorrentes das cotas de carregamentos serem insuficientes para a cobertura das despesas administrativas.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

A receita com títulos de capitalização está distribuída nas regiões geográficas, conforme quadro abaixo:

	30/06/2024		30/06/2023	
	Valores	%	Valores	%
Centro Oeste	103.912	11%	98.761	11%
Nordeste	85.479	9%	76.984	8%
Norte	106.529	11%	105.555	11%
Sudeste	528.363	56%	526.054	56%
Sul	127.519	13%	125.209	14%
Total	951.802	100%	932.563	100%

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e stress. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas, ações e projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da empresa para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem

vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 2.295 (R\$ 37.039 em 31 de dezembro de 2023).

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), em 30 de junho de 2024, é de R\$ 13.916 (R\$ 13.206 em 31 de dezembro 2023). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, representam R\$ 83, brutos de tributos e R\$ 45, líquidos de tributos (ganho de R\$ 81, brutos de tributos e R\$ 43, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2023).

O saldo contábil apresenta-se da seguinte forma:

	30/06/2024	31/12/2023
Categoria		
Custo amortizado	289.081	285.405
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	13.999	13.286
Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	2.594.581	2.539.607
Total	2.897.661	2.838.298
Circulante	2.594.575	2.539.601
Equivalente de caixa	2.295	37.039
Aplicações financeiras	2.592.280	2.502.562
Não circulante	303.086	298.697
Aplicações financeiras	303.086	298.697

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representa 9,98% da carteira em 30 de junho de 2024 (10,06% em 31 de dezembro em 2023):

	Taxas contratadas	30/06/2024	
		Valor contábil/curva	Valor justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 4,50%	196.019	151.120
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	6,67%	93.062	83.779
Total		289.081	234.899
Não circulante		289.081	234.899

	Taxas contratadas	31/12/2023	
		Valor contábil/curva	Valor justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 4,50%	191.202	167.588
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	6,67%	94.203	87.429
Total		285.405	255.017
Não circulante		285.405	255.017

	30/06/2024	31/12/2023
Vencimento em até cinco anos	93.062	94.203
Vencimento acima de cinco anos	196.019	191.202
Total	289.081	285.405

5.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) que representa 0,48% da carteira em 30 de junho de 2024 (0,47% em 31 de dezembro de 2023):

	Taxas contratadas	30/06/2024	
		Valor contábil/justo	Valor curva
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	13.999	13.916
Total		13.999	13.916
Não circulante		13.999	13.916

	Taxas contratadas	31/12/2023	
		Valor contábil/justo	Valor curva
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	13.286	13.206
Total		13.286	13.206
Não circulante		13.286	13.206

	30/06/2024	31/12/2023
Vencimento em até cinco anos	13.999	13.286
Total	13.999	13.286

5.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) que representa 89,54 % da carteira em 30 de junho de 2024 (89,48 % em 31 de dezembro de 2023):

	Taxas contratadas	30/06/2024	
		Valor contábil/justo	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	1.921.504	1.921.504
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 9,6%	8.228	8.228
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11,26%	6.100	6.100
Operações compromissadas	Selic	122.215	122.215
Recibos de Depósitos Bancários - RDB	8,70%	122.308	122.308
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	101% do CDI	54.882	54.882
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	Selic	9.119	9.119
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	Selic	7	7
Outras aplicações	-	-358	-358
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	348.281	348.281
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	Selic	2.295	2.295
Total		2.594.581	2.594.581
Circulante		2.594.574	2.594.574
Não circulante		7	7

	Taxas contratadas	31/12/2023	
		Valor contábil/justo	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	1.316.066	1.316.066
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 6,38%	8.303	8.303
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11,16%	38.623	38.623
Operações compromissadas	Selic	124.842	124.842
Recibos de Depósitos Bancários - RDB	CDI + 0,26%	51.612	51.612
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	101% do CDI	54.028	54.028
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	Selic	9.818	9.818
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	Selic	6	6
Outras aplicações	-	(301)	(301)
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	899.571	899.571
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	Selic	37.039	37.039
Total		2.539.607	2.539.607
Circulante		2.539.601	2.539.601
Não circulante		6	6

	30/06/2024	31/12/2023
Sem vencimento	348.345	899.647
Vencimento em até um ano	612.952	564.585
Vencimento em até cinco anos	1.504.536	1.051.351
Vencimento acima de cinco anos	128.748	24.024
Total	2.594.581	2.539.607

5.4. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	Custo amortizado	VJORA	VJR	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	279.590	74.883	2.229.399	2.583.872
(+) Aplicações	-	-	1.359.243	1.359.243
(-) Resgates	(16.903)	(72.273)	(1.333.272)	(1.422.448)
(+) Rendimentos	22.718	7.551	284.237	314.506
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	3.125	-	3.125
Saldo em 31 de dezembro de 2023	285.405	13.286	2.539.607	2.838.298
(+) Aplicações	-	-	1.536.571	1.536.571
(-) Resgates	(8.532)	-	(1.620.612)	(1.629.144)
(+) Rendimentos	12.208	711	139.015	151.934
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	2	-	2
Saldo em 30 de junho de 2024	289.081	13.999	2.594.581	2.897.661

5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	289.081	-	289.081
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	196.019	-	196.019
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	93.062	-	93.062
VJORA	13.999	-	13.999
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.999	-	13.999
VJR	2.060.342	534.239	2.594.581
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.921.504	-	1.921.504
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	8.228	-	8.228
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.100	-	6.100
Operações compromissadas	122.215	-	122.215
Recibos de Depósitos Bancários - RDB	-	122.308	122.308
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	-	54.882	54.882
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - Selic	-	9.119	9.119
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	-	7	7
Outras aplicações	-	(358)	(358)
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	348.281	348.281
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	2.295	-	2.295
Total	2.363.422	534.239	2.897.661

	31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	285.405	-	285.405
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	191.202	-	191.202
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	94.203	-	94.203
VJORA	13.286	-	13.286
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.286	-	13.286
VJR	1.524.873	1.014.734	2.539.607
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.316.066	-	1.316.066
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	8.303	-	8.303
Letras do Tesouro Nacional - LTN	38.623	-	38.623
Operações compromissadas	124.842	-	124.842
Recibos de Depósitos Bancários - RDB	-	51.612	51.612
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	-	54.028	54.028
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - Selic	-	9.818	9.818
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	-	6	6
Outras aplicações	-	(301)	(301)
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	899.571	899.571
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	37.039	-	37.039
Total	1.823.564	1.014.734	2.838.298

5.5. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e *swap* contratados em mercado de balcão organizado:

30/06/2024					Exposição (<i>notional</i>)	
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Total	
D11	Comprado	01/07/2024	CDI	293	29.286	
D11	Vendido	01/10/2024	CDI	617	60.078	
D11	Comprado	02/01/2025	CDI	373	35.386	
D11	Vendido	01/04/2025	CDI	530	48.971	
D11	Comprado	01/07/2025	CDI	253	22.750	
D11	Comprado	01/10/2025	CDI	248	21.640	
D11	Vendido	02/01/2026	CDI	230	19.487	
D11	Comprado	01/07/2026	CDI	279	22.328	
D11	Vendido	04/01/2027	CDI	817	61.604	
D11	Comprado	01/07/2027	CDI	1074	76.380	
D11	Vendido	03/01/2028	CDI	626	41.872	
D11	Comprado	03/07/2028	CDI	131	8.255	
D11	Comprado	02/01/2029	CDI	191	11.349	
D11	Vendido	02/01/2030	CDI	30	1.583	
D11	Comprado	02/01/2031	CDI	53	2.484	
D11	Vendido	03/01/2033	CDI	182	6.752	

31/12/2023					Exposição (<i>notional</i>)	
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Total	
D11	Vendido	01/07/2024	CDI	28	2.660	
D11	Vendido	01/10/2024	CDI	92	8.537	
D11	Comprado	02/01/2025	CDI	30	2.724	
D11	Vendido	01/04/2025	CDI	30	2.667	
D11	Comprado	01/07/2025	CDI	107	9.316	
D11	Vendido	02/01/2026	CDI	151	12.560	
D11	Vendido	01/07/2026	CDI	233	18.514	
D11	Vendido	04/01/2027	CDI	80	6.059	
D11	Vendido	03/01/2028	CDI	21	1.439	
D11	Comprado	03/07/2028	CDI	15	977	
D11	Vendido	02/01/2029	CDI	34	2.108	
D11	Comprado	02/01/2031	CDI	65	3.288	
D11	Vendido	03/01/2033	CDI	41	1.693	

6. Outros créditos operacionais

Registra os recebimentos e pagamentos operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 13.844 em 30 de junho de 2024 (R\$ 18.061 em 31 de dezembro de 2023). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Títulos e créditos a receber

Registra os recebimentos entre empresas (rateio), apurados mensalmente. O valor de R\$ 4.435 em 30 de junho de 2024 (em 31 de dezembro de 2023, os valores apurados de rateio foram recebidos dentro do próprio exercício).

8. Créditos tributários e previdenciários

8.1. Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Ativo circulante	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda	13.875	10.783
Contribuição social	10.642	12.577
COFINS	1.979	1.979
PIS	344	344
Total de créditos fiscais	26.840	25.683

8.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento “CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro”.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica “Créditos tributários e previdenciários”:

Ativo - não circulante	31/12/2022	Constituição	Realização/ reversão	31/12/2023	Constituição	Realização/ reversão	30/06/2024
Imposto de renda diferido	28.018	30.471	(31.631)	26.858	12.834	(23.192)	16.500
Ativo - diferenças temporárias	19.192	15.391	(12.990)	21.593	4.694	(11.390)	14.897
Passivo - ajuste de TVM	762	5.347	(6.109)	-	-	-	-
Prejuízos fiscais	8.064	9.733	(12.532)	5.265	8.140	(11.802)	1.603
Contribuição social diferida	12.386	18.640	(18.070)	12.956	2.816	(6.834)	8.938
Ativo - diferenças temporárias	11.515	9.234	(7.793)	12.956	2.816	(6.834)	8.938
Passivo - ajuste de TVM	457	3.208	(3.665)	-	-	-	-
Base negativa	414	6.198	(6.612)	-	-	-	-
Total	40.404	49.111	(49.701)	39.814	15.650	(30.026)	25.438

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo - não circulante	31/12/2022	Constituição	Realização/ reversão	31/12/2023	Constituição	Realização/ reversão	30/06/2024
Imposto de renda diferido	10.749	173.193	(165.660)	18.282	20.572	(38.815)	39
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	6.149	(6.129)	20	124	(123)	(21)
IR debêntures incentivadas	10.749	167.044	(159.531)	18.262	20.448	(38.692)	18
Contribuição social diferido	-	3.689	(3.677)	12	74	(74)	12
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	3.689	(3.677)	12	74	(74)	12
Total de débitos fiscais diferidos	10.749	176.882	(169.337)	18.294	20.646	(38.889)	51
Total de créditos e débitos diferidos	29.655	(127.771)	119.636	21.520	(4.996)	8.863	25.387

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para Participações nos Lucros e Resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças temporárias - 2024 a 2033		
2024	1.740	7,3%
2025	715	3,0%
2026	1.049	4,4%
2027	1.311	5,5%
2028	1.573	6,6%
2029	1.883	7,9%
2030 a 2033	15.564	65,3%
Total	23.835	100%

Prejuízo fiscal e base negativa			
Não circulante	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Reversão	Saldo em 30/06/2024
Prejuízo fiscal	5.265	(3.663)	1.602
Total	5.265	(3.663)	1.602

Prejuízo fiscal e base negativa 2022 a 2024		
2023*	(3.663)	-
2024	1.602	100%
Total	1.602	100%

(*) 2023 não compõe o total do Prejuízo Fiscal

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, as composições das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	30/06/2024	31/12/2023
Provisão de títulos a pagar – prescrição	2.029	1.934
Contingências trabalhistas	320	320
Contingências cíveis	2.454	2.247
Contingências fiscais	200	1.184
INSS s/aviso prévio – exigibilidade suspensa	492	492
Outras provisões	6.127	22.288
Fundo de marketing	99	401
Atualização depósito judicial	(24.522)	(22.639)
Participação nos lucros e resultados	24.618	33.801
COFINS exigibilidade suspensa	41.002	39.778
PIS exigibilidade suspensa	6.769	6.567
Total das provisões temporárias	59.588	86.373
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	14.897	21.593
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	8.938	12.956
Total	23.835	34.549

9. Diferimento de Aquisição dos Custos – DAC

	31/12/2023	Constituições	Amortizações	30/06/2024
Custo de aquisição diferido	23.342	2.102	(7.170)	18.274
Total	23.342	2.102	(7.170)	18.274

	01/01/2023	Constituições	Amortizações	31/12/2023
Custo de aquisição diferido	31.578	12.376	(20.612)	23.342
Total	31.578	12.376	(20.612)	23.342

10. Outros valores e bens – direito de uso

Composto pelo ativo de arrendamento, conforme nota 3.7.

A movimentação está apresentada a seguir:

Ativo	31/12/2023	Depreciação / movimentação	30/06/2024
Circulante	3.302	(261)	3.041
Total	3.302	(261)	3.041

Passivo	31/12/2023	Depreciação / movimentação	30/06/2024
Circulante	942	93	1.035
Não circulante	2.408	(401)	(2.007)
Total	3.350	(308)	3.042

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos a pagar	30/06/2024	31/12/2023
Arrendamentos a pagar	3030	3.493
Juros de arrendamento	12	(143)
Total	3.042	3.350
Circulante	1.035	942
Não circulante	2.007	2.408
Total	3.042	3.350

11. Intangível

	Taxa anual de amortização	01/01/2024	Adições	Amortização	30/06/2024
Desenvolvidos Internamente		40.282	4.148	(118)	44.312
Marcas e patentes	0%	111	-	-	111
Sistemas de computação	20%	40.171	4.148	(118)	44.201
Adquiridos de terceiros		6.847	-	(1.736)	5.111
Sistemas aplicados	20%	666	-	(1.234)	(568)
Resultado na transferência de carteira		6.181	-	(502)	5.679
Total		47.129	4.148	(1.854)	49.423

	Taxa anual de amortização	01/01/2023	Adições	Amortização	31/12/2023
Desenvolvidos internamente		33.700	8.211	(1.629)	40.282
Marcas e patentes	0%	111	-	-	111
Sistemas de computação	20%	33.589	8.211	(1.629)	40.171
Adquiridos de terceiros		8.685	-	(1.838)	6.847
Sistemas aplicados	20%	1.502	-	(836)	666
Resultado na transferência de carteira		7.183	-	(1.002)	6.181
Total		42.385	8.211	(3.467)	47.129

12. Obrigações a pagar

Passivo circulante	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores a pagar	2.698	3.855
Participações nos lucros a pagar	16.380	34.110
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	45	-
Obrigações transitórias - resgates e sorteios	7.807	9.158
Outras obrigações	1.205	1.437
Total do circulante	28.135	48.560

Passivo não circulante	30/06/2024	31/12/2023
Participações nos lucros a pagar	6.637	8.927
Total do não circulante	6.637	8.927
Total	34.772	57.487

13. Encargos trabalhistas

Registra os pagamentos das obrigações trabalhistas e encargos de folha de pagamento, no valor de R\$ 22.071 em 30 de junho de 2024 (R\$ 15.731 em 31 de dezembro de 2023). Os valores são liquidados no mês subsequente ao registro da emissão das guias e encargos.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Débito das operações de capitalização

Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões e débitos relacionados a comercialização de produtos de capitalização.

	30/06/2024	31/12/2023
Excedente financeiro	10.902	21.691
Comissões e pró-labore a pagar	5.762	3.765
Outros débitos	6.243	3.844
Total	22.907	29.300

15. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujas propostas encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	30/06/2024	31/12/2023
1 até 30 dias	3.381	898
31 até 60 dias	252	158
61 até 120 dias	807	383
121 até 180 dias	1.018	1.597
181 até 365 dias	2.178	1.240
mais de 365 dias	1.257	-
Total	8.893	4.276

16. Provisões técnicas – capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2023	Constituições	Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2024
Provisão matemática para capitalização	2.029.033	802.622	(802.065)	68.096	2.097.686
Provisão para resgate de títulos antecipados	213.348	344.170	(328.256)	800	230.062
Provisão para resgate de títulos vencidos	161.078	455.473	(459.901)	654	157.304
Provisão para distribuição de bônus	19.124	378	(4.718)	260	15.044
Provisão para resgates	2.422.583	1.602.643	(1.594.940)	69.810	2.500.096
Provisão para sorteios a realizar	9.279	42.664	(42.553)	(97)	9.293
Provisão de sorteios a pagar	153.702	41.824	(84.054)	466	111.938
Provisão para sorteios	162.981	84.488	(126.607)	369	121.231
Provisão para despesas administrativas	7.060	-	(7.060)	-	-
Provisão para receita diferida	-	8.827	(1.035)	-	7.792
Outras provisões	7.060	8.827	(8.095)	-	7.792
Total	2.592.624	1.695.958	(1.729.642)	70.179	2.629.119

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 31/12/2022	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2023
Provisão matemática para capitalização	1.927.120	1.556.038	(1.607.537)	153.412	2.029.033
Provisão para resgate de títulos antecipados	165.229	677.594	(632.680)	3.205	213.348
Provisão para resgate de títulos vencidos	133.117	919.177	(893.767)	2.551	161.078
Provisão para resgates	2.225.466	3.152.809	(3.133.984)	159.168	2.403.459
Provisão para sorteios a realizar	9.828	80.512	(80.706)	(355)	9.279
Provisão de sorteios a pagar	155.808	78.193	(83.228)	2.929	153.702
Provisão para sorteios	165.636	158.705	(163.934)	2.574	162.981
Provisão para distribuição de bônus	27.591	936	(10.385)	982	19.124
Provisão para despesas administrativas	6.543	3.435	(2.918)	-	7.060
Outras provisões	34.134	4.371	(13.303)	982	26.184
Total	2.425.236	3.315.885	(3.311.221)	162.724	2.592.624

16.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros, que impactariam significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- I) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 8%, definido com base na experiência dos últimos 5 anos de observação;
- II) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

		Coberturas de risco: efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido	
		30/06/2024	31/12/2023
Variável	Premissas		
Resultado sorteio	Aumento de 8% nos valores sorteados	(6.265)	(7.037)
Resultado sorteio	Redução de 8% nos valores sorteados	6.265	7.037

17. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisões técnicas - capitalização:	2.629.119	2.592.624
Total a ser coberto	2.629.119	2.592.624
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (a)	2.306.587	1.755.836
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	348.281	899.571
Recibo de Depósito Bancário - RDB	122.308	51.612
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB	64.001	63.846
Equivalente de caixa	2.295	37.039
Total dos ativos vinculados	2.843.472	2.807.904
Bloqueio Judicial – CDB	7	6
Total de aplicações	2.843.479	2.807.910
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	214.353	215.280

(a) Os títulos mensurados ao custo amortizado são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 54.182 menor que o valor contábil (R\$ 30.388 menor que o valor contábil em 31 de dezembro de 2023) (nota 5.1.).

18. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais
18.1. Provisões judiciais

Refere-se ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	30/06/2024			31/12/2023			Causas cíveis
	Quantidade	Valor estimado	Valor	Quantidade	Valor estimado	Valor	
			provisionado			provisionado	
Provável	76	2.454	2.454	71	2.247	2.247	
Possível	163	9.279	-	148	7.980	-	
Remota	4	65	-	4	57	-	
Total	243	11.798	2.454	223	10.284	2.247	

Probabilidade de perda	30/06/2024			31/12/2023			Causas trabalhistas
	Quantidade	Valor estimado	Valor	Quantidade	Valor estimado	Valor	
			provisionado			provisionado	
Provável	7	320	320	5	320	320	
Possível	29	1.982	-	24	1.030	-	
Remota	-	-	-	-	-	-	
Total	36	2.302	320	29	1.350	320	

Probabilidade de perda	30/06/2024						Causas fiscais
	30/06/2024			31/12/2023			
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	
Provável	7	200	200	7	1.184	1.184	
Possível	29	41.547	-	29	40.304	-	
Remota	2	26.252	-	2	24.925	-	
Total	38	67.999	200	38	66.413	1.184	

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Baixas	Saldo em 30/06/2024
Cíveis	2.301	1.441	23	(1.518)	2.247	408	131	(332)	2.454
Trabalhistas	599	135	28	(442)	320	40	(40)	-	320
Fiscais	1.069	-	115	-	1.184	-	(984)	-	200
Total	3.969	1.576	166	(1.960)	3.751	448	(893)	(332)	2.974

18.2. Outras contas a pagar

No grupo “Outras contas a pagar” são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2024
COFINS (a)	39.778	1.224	41.002
PIS (a)	6.567	202	6.769
Total - obrigações Fiscais	46.345	1.426	47.771

	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
COFINS (a)	36.830	2.948	39.778
PIS (a)	6.083	484	6.567
Total - obrigações Fiscais	42.913	3.432	46.345

(a) Temos as seguintes discussões relacionadas a PIS/COFINS:

- Lei nº 9.718/98 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras em geral e sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livres). Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).
- Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).
- Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas à prescrição) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Majoração de alíquota(a)	7.380	6.664	45.785	41.002	53.165	47.666
Alargamento da base (b)	110	105	-	-	110	105
Saldo total 30/06/2024	7.490	6.769	45.785	41.002	53.275	47.771

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Majoração de alíquota (a)	7.157	6.464	44.403	39.778	51.560	46.242
Alargamento da base (b)	107	103	-	-	107	103
Saldo total 31/12/2023	7.264	6.567	44.403	39.778	51.667	46.345

(a) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;

(b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

18.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue.:

	30/06/2024	31/12/2023
Cíveis	978	940
Trabalhistas	27	-
Fiscais	60.123	58.262
Total depósitos judiciais	61.128	59.202

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	58.262	54.183
Atualização monetária	1.861	4.079
Saldo final	60.123	58.262

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 30 de junho de 2024, o capital subscrito e integralizado de R\$ 211.484 é representado por 810.894.586 ações ordinárias em ambas as datas.

19.2. Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2024, as reservas de lucros são R\$ 65.248 (R\$ 74.736 em 31 de dezembro de 2023).

19.3. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 30 de junho de 2024 é de R\$ 45 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2023), líquidos dos tributos.

19.5. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	333.037	286.263
Ajustes contábeis	(84.230)	(95.114)
Despesas antecipadas	(93)	(114)
Créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa	(1.602)	(5.264)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(14.837)	(19.265)
Ativos intangíveis	(49.423)	(47.129)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(18.275)	(23.342)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	(24.887)	(11.656)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	(32.057)	(17.850)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	686	-
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	6.484	6.194
Subtotal PLA – nível	223.919	179.493
PLA Nível I	207.750	158.014
PLA Nível II	7.170	6.194
PLA Nível III	8.999	15.285
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	223.919	179.493
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de risco de crédito	31.814	71.236
Capital de risco de subscrição	11.233	11.158
Capital de risco – mercado	24.196	35.105
Capital de risco - redução por correlação	(16.234)	(24.373)
Capital de risco – operacional	8.985	8.772
Capital de risco (CR) (b)	59.994	101.898
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	59.994	101.898
Patrimônio líquido ajustado	223.919	179.493
(-) Exigência de capital - EC	(59.994)	(101.898)
Suficiência de capital - R\$	163.925	77.595
Suficiência de capital (% da EC)	373%	176%

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (b)	-	-	(29.984)	(36.000)	20.854	16.474	-	(5.136)
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (b)	4.287	-	-	-	28.413	4.715	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Ligada) (a)	48	-	-	-	633	67	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (d)	57	-	(69)	(94)	358	64	(426)	(514)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Coligada) (c)	-	-	-	-	-	-	(2.054)	(1.800)
Vanguardacap Capitalização S.A. (Ligada) (b)	1	-	-	-	4	2	-	(4)
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (b)	-	-	-	-	-	2-	-	(3)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (b)	35	-	-	(19)	35	-	-	(18)
Icatu Consultoria Investimento S.A. (b)	-	-	-	-	-	182	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)	-	-	(562)	-	396	-	-	-
Total	4.428	-	(30.615)	(36.113)	50.693	21.506	(2.480)	(7.475)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros S.A. uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros S.A. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.
- Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários; e
- Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

30/06/2024				
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PM540T	15414.901667/2019-55	17,42%	0,5% a.m.	TR
PM564T	15414.901693/2019-83	10,38%	0,5% a.m.	TR
PM526T	15414.901665/2019-66	15,06%	0,5% a.m.	TR
PU445I	15414.900369/2019-48	0,24%	0,5% a.m.	TR
PM547T	15414.901673/2019-11	15,06%	0,5% a.m.	TR

22. Comercialização

O índice de custo de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de comercialização	% Comercialização	
	30/06/2024	30/06/2023
Títulos de Pagamentos Únicos (PU)	2,30%	3,38%
Títulos de Pagamentos Mensais (PM)	13,60%	13,80%
Total	7,04%	8,08%

23. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

23.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	30/06/2024	30/06/2023
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio*	824.705	808.035
Títulos de capitalização emitidos e/ou recebidos*	838.199	823.965
Devolução e cancelamento*	(13.494)	(15.930)
Contribuição - quotas de carregamento*	127.097	124.528
Títulos de capitalização emitidos e/ou recebidos*	128.598	125.999
Devolução e cancelamento*	(1.501)	(1.471)
Varição da provisão - receita diferida*	564	248
Reversão da provisão de receita diferida*	1.205	1.928
Constituição da provisão de receita diferida*	(641)	(1.680)
Total	952.366	932.563

*Em virtude da entrada em vigor da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022 em janeiro de 2024, realocamos os saldos de 2023 para adequação da divulgação de acordo com as novas aberturas requeridas, seguindo as orientações da SUSEP. Maiores detalhes podem ser vistos na nota 3.15.1.

23.2. Variação das provisões de resgate

	30/06/2024	30/06/2023
Constituição da provisão para resgate	(795.368)	(775.386)
Despesas com resgate	(6.043)	(4.519)
Reversão da provisão para resgate	12.238	14.602
Variação de provisão para distribuição de bônus	669	-
Total	(788.504)	(765.303)

23.3. Resultado com sorteios

	30/06/2024	30/06/2023
Reversão da provisão para sorteio	42.553	42.197
Constituição da provisão para sorteio	(42.664)	(41.704)
Despesas Com títulos sorteados	(42.132)	(41.706)
Total	(42.243)	(41.213)

23.4. Custo de aquisição - capitalização

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de corretagem	(54.164)	(27.039)
Despesas de remuneração performance mensal	(5.510)	(5.516)
Despesas de custeamento de vendas	(2.292)	(34.760)
Variação despesa de comercialização diferida	(5.068)	(8.059)
Total	(67.034)	(75.374)

23.5. Outras receitas e despesas operacionais - capitalização

	30/06/2024	30/06/2023
Receita com resgate de título	5.589	5.737
Receita com prescrição de título	67.477	14.501
Despesas com provisões	(171)	97
Outras receitas/(despesas) operacionais	(10.633)	(11.874)
Total	62.262	8.461

23.6. Despesas com tributos

	30/06/2024	30/06/2023
Impostos*	3.801	(2.853)
COFINS	(8.198)	(6.409)
PIS	(1.332)	(1.042)
Taxa de fiscalização	(882)	(763)
Outras despesas com tributos	(245)	(187)
Total	(6.856)	(11.254)

*A linha correspondente a despesa com impostos está com o efeito do reconhecimento de créditos tributários de IRRF a recuperar apurados no primeiro semestre de 2024, referente ao período de julho/2019 a dezembro/2023.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.7. Resultado financeiro

	30/06/2024	30/06/2023
Categoria - VJORA	711	4.428
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	711	4.428
Categoria – custo amortizado	12.208	13.025
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	12.208	13.025
Categoria - VJR	139.621	136.413
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	139.621	136.413
Outras receitas financeiras	2.935	1.913
Total – receitas financeiras	155.475	155.779
Categoria - VJR	(606)	(8.385)
Quotas de fundos de investimento	(606)	(8.385)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(70.179)	(83.784)
Outras despesas financeiras	(2.321)	(2.831)
Total – despesas financeiras	(73.106)	(95.000)
Total	82.369	60.779

24. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	97.267	97.267	8.242	8.242
Participações nos lucros e resultados	(7.569)	(7.569)	(8.175)	(8.175)
Resultado antes dos impostos	89.698	89.698	67	67
ADIÇÕES	33.359	33.357	34.482	30.936
Adição permanente	18	18	192	192
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	3.466	3.466	4.073	4.073
Outras provisões	8.240	8.238	13.463	9.918
Participações nos lucros e resultados	20.208	20.208	15.010	15.010
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	1.427	1.427	1.744	1.743
EXCLUSÕES	(74.234)	(60.127)	(58.413)	(36.293)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(4.243)	(4.243)	(4.461)	(4.461)
Outras provisões	(38.716)	(24.609)	(26.947)	(4.827)
Tributos e contribuições em quest. judicial	(1.884)	(1.884)	(1.845)	(1.845)
Participações nos lucros e resultados	(29.391)	(29.391)	(25.160)	(25.160)
Resultado ajustado	48.823	62.928	(23.864)	(5.290)
Compensação prejuízo fiscal / base negativa	(14.647)	-	-	-
Lucro após as Compensações	34.176	62.928	(23.864)	(5.290)
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%+1	15%+10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(8.327)	(9.439)	-	-
Reversão da provisão de créditos tributários	(10.358)	(4.018)	4.579	(39)
Despesas com IRPJ/CSLL	(18.685)	(13.457)	4.579	(39)
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	-3%	-11%	6834%	-55%

*Na apuração do IRPJ é excluída da base de cálculo a Receita Financeira com Debêntures incentivadas de Infraestrutura (Lei 12.431/2011).

25. Eventos subsequentes

A Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 09 de julho de 2024 sobre a distribuição de dividendos intermediários no valor total de R\$ 100.000, sendo R\$ 60.970 provenientes da reserva estatutária e R\$ 39.030 do lucro do semestre.

26. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A.. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2024 da Icatu Seguros S.A.

Conselho de administração

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga

Luciano Snel Corrêa

Diretoria

Diretor-Presidente

Luciano Soares

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi

César Luiz Salazar Saut

Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC RJ 076.168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires

MIBA nº 1394